

# Reflexões sobre o idoso e o programa Universidade da Terceira Idade

Ivan Eduardo de Abreu Arruda\*

## Resumo

Este trabalho tem a proposta de informar sobre a situação social do idoso baseado no evidente envelhecimento populacional brasileiro e suas implicações na aposentadoria, no mercado de trabalho e no relacionamento familiar. São também analisadas questões pertinentes à velhice e às variadas denominações referentes a esse público como idoso, terceira idade, maturidade, entre outras. Por fim, aborda o histórico e as concepções dos programas conhecidos como Universidade da Terceira Idade e apresenta o modelo aplicado em uma instituição de ensino superior paulista.

*Palavras-chave:* Idoso. Universidade. Terceira idade. Educação.

## Introdução

Os dados encontrados no Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil (MARTINS e LIBÂNIO, 2003) asseguram um crescimento populacional em torno de 16% entre 1991 e 2000. Entretanto, na faixa etária correspondente às pessoas acima de 65 anos, esse aumento chega aos significativos 40%, tornando visível o envelhecimento populacional no país. Em demografia, por envelhecimento populacional entende-se o crescimento da população idosa numa dimensão tal que, de forma sustentada, amplia a sua participação relativa no total da população, sendo originária principalmente do declínio da fecundidade, tendo em vista que as famílias pouco numerosas são realidade no Brasil, e do aumento da longevidade, caracterizado por uma terapêutica avan-

\* Licenciado em Educação Física; especialista em Administração Esportiva e em Gestão Educacional pelo Centro Universitário Monte Serrat; mestrando em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas.

*Recebido em abr. 2007 e avaliado em jul. 2007*

çada e por medidas de proteção à saúde (BERQUÓ, 1992; SALGADO, 1980). Os dados citados estão baseados no Censo do IBGE 2000, sempre considerando o idoso a partir dos 65 anos, uma vez que o Estatuto do Idoso, lei nº 10 741, foi sancionado somente em outubro de 2003, classificando o idoso, em seu art. 1º, como completa sessenta anos.

Conforme pesquisa do Fundo das Nações Unidas para a População (2004), no ano de 2025 o continente latino-americano terá mais 180 milhões de habitantes somados aos 520 milhões já existentes, para os quais será necessário garantir condições de existência condigna. E é nesse contexto que o Brasil observa as alterações em seu perfil demográfico, em face do crescimento do número de pessoas com mais de sessenta anos. Debert (2002) crê que o Brasil ocupará, em breve, a quinta ou sexta colocação dentre os países com maior população idosa no mundo, e Matsudo (2002) projeta que a expectativa de vida do brasileiro até 2025 estará próxima de oitenta anos para ambos os sexos. Na virada deste século esse número aproximou os 68 anos no país, conforme o Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil (MARTINS e LIBÂNIO, 2003).

### A situação social do idoso

As mudanças na estrutura etária, que mais recentemente se expressam em termos de um progressivo envelhecimento da população, introduzem questões e desafios de ordem prática da maior relevância, posto que interferem tanto no volume total das demandas por serviços públicos nas diversas áreas e por emprego quanto na caracterização e na estrutura

dessas demandas. Para usufruir a velhice é necessário dispor de políticas públicas adequadas, que possam garantir um mínimo de condição de qualidade de vida aos que atingem a terceira idade (NERI e CACHIONI, 1999; SALGADO, 1980).

O envelhecimento populacional brasileiro vem acarretando importantes repercussões nos campos social e econômico, uma vez que o crescimento de idosos está passando a depender, por mais tempo, da Previdência Social e dos serviços públicos de saúde e assistência social. Além de o Estado conceder esses benefícios de forma precária, essa situação se agrava para os idosos, especialmente para os mais pobres, em virtude das aposentadorias e pensões irrisórias, da exclusão do mercado de trabalho e da diminuição da possibilidade de serem amparados pela família (KATZ, 1988; NERI e CACHIONI, 1999).

A aposentadoria é conceituada por Silva (1987) como “o ato pelo qual o poder público ou o empregador confere ao funcionário a dispensa do serviço ativo a que estava sujeito, embora continue a pagar-lhe a remuneração, ou parte dela, a que tem direito, como se estivesse em efetivo exercício de seu cargo”. É uma idéia moderna, como afirmava Skinner e Vaughan (1985), pois até tempos recentes as pessoas, ao envelhecer, diminuía progressivamente suas atividades profissionais ou optavam por uma tarefa com ritmo compatível às suas idades. A aposentadoria tem sido a marca registrada da velhice e da inutilidade social, uma vez que a própria nomenclatura, isto é, aquele que fica no aposento, reflete isso claramente.

De acordo com Salgado (1980), Santos (2002) e Veras (1999), a transição de um período ativo para outro sem motivações

objetivas e reconhecimento social, com diminuição do padrão de vida e com exteriorizações físicas do envelhecimento, acarreta perdas significativas do *status* social e financeiro ao indivíduo. Strejilevich (1977, apud FRANÇA e SOARES, 1997) reforça explicando que “a aposentadoria implica uma mudança de papel na vida cotidiana, dentro e fora do núcleo familiar levando, às vezes, à perda da auto-estima, à diminuição dos ganhos econômicos e, freqüentemente, à manifestação de enfermidades psíquicas e físicas”. Fraiman (1995) classifica a aposentadoria como desumana, pois sonega ao indivíduo grande parcela de seu valor social, apaga sua história e torna-o peça substituível no mundo da produção, restando um sentimento vazio, silencioso e amargo pela perda dos vínculos com o trabalho, pelo desajuste em relação à família e pelo medo quanto ao futuro. A sociedade direciona o aposentado a um estado de distanciamento da vida econômica, da vida social, do contato e da identidade vital e faz com que o indivíduo, economicamente, não exista ou exista apenas absorvendo recursos sem oferecer nada em troca. O aposentado é ignorado e desprezado por não fazer parte do processo de produção e estar fora do consumo mercantilista (ANGERAMICAMON, 1992; GAIARSA, 1986; SINGER, 1992).

Salgado (1980) ressalta que as mudanças na função social do indivíduo podem ser traumáticas com a aposentadoria, uma vez que passa de trabalhador ativo para aposentado, de responsável por filhos menores a pai de filhos emancipados, de um grande círculo de relações a um pequeno grupo. Assim, os desafios gradativamente cessam e sem desafios, não há reações; sem

reações, a vida perde o seu grande sentido. A aposentadoria é um marco no processo de envelhecimento, afastando o aposentado do mundo produtivo e enfraquecendo sua sociabilidade, que era construída a partir das relações de trabalho, além de deixá-lo numa situação de disponibilidade e ociosidade (VIEIRA, 1996; PEIXOTO, 1997).

A proporção de idosos à margem do mercado de trabalho e, conseqüentemente, inativos economicamente está aumentando gradativamente. De acordo com Veras (1999), há três hipóteses que podem compreender essa redução: a ampliação de pessoas asseguradas pela Previdência Social independentemente dos valores exíguos que são pagos; a atividade agrícola que está sendo reduzida, por causa do êxodo rural e do crescimento da industrialização, e a baixa qualificação educacional, se comparada às gerações mais jovens. Um quarto fator, citado por Salgado (1980), é que nas sociedades atuais a valorização excessiva da força de produção do homem colocou o idoso em posição inferior, sobretudo nas sociedades urbanas industriais, que designam o valor do ser humano na proporção direta do que sejam eles sejam capazes de produzir. Ferrigno (2002) afirma que “a discriminação aos velhos é o resultado dos valores típicos de uma sociedade de consumo e de mercantilização das relações sociais, e o exagerado enaltecimento do jovem, do novo e do descartável, além do descrédito sobre o saber adquirido com a experiência da vida, são as inevitáveis conseqüências desses valores”.

Observa-se que ao idoso resta a alternativa da dependência familiar, estabelecida no Estatuto do Idoso (2003), art.

3º, que diz: “[...] é obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária.”

Assim, as famílias devem amparar seus idosos tanto na carência quanto na enfermidade. Fraiman (1995) assinala que a família pode proporcionar uma acolhida saudável ao idoso, bem como rejeitá-lo, dependendo da qualidade do relacionamento com o cônjuge, com os filhos e com outras pessoas que residam no mesmo ambiente. Essa qualidade do relacionamento é salientada por Gaiarsa (1986) e Mazo (2001) ao afirmarem que um idoso esquecido ou com tratamento inadequado sugere uma vingança retroativa inconsciente por parte das pessoas do seu convívio. Os autores alertam para o fato de o idoso que construiu sua vida no mundo do trabalho se deparar com problemas como a não-adaptação aos seus familiares, o conflito de gerações, as divergências de comportamento e a escassez de relacionamentos sociais. Outra situação comum que leva o idoso à solidão, de acordo com Comfort (1977), é que a vida nas metrópoles não permitiu a sobrevivência de grupos familiares numerosos, como eram encontrados nos moldes judeus, chineses e italianos, onde uma, ou mais pessoas, sempre se responsabilizava pelos cuidados com os mais velhos. Atualmente, a reunião num só lar de três gerações pertence ao passado; os filhos crescidos, agora pais, não convivem constantemente com seus pais, agora avós, e os netos, antes em contato freqüente com os avós, agora passam a ser visitas.

Seguindo essas afirmações sobre aposentadoria, mercado de trabalho e família, há que se atribuir atenção especial à mulher na terceira idade. É nítido que o contingente feminino nessa faixa etária supera o dos homens. Berquó (1992) explica que isso acontece em razão de alguns fatores, como a redução da mortalidade materna em virtude da melhoria das condições de saúde, pelo modelo conjugal brasileiro, no qual o homem é mais velho do que a mulher, além do excedente de mulheres comum nos países em desenvolvimento. Isso é reforçado pelo estudo de Prata e Saad (1992) com idosos da Grande São Paulo, o qual constatou que os homens têm esperança de vida menor que as mulheres e que o estado de viuvez é freqüente no caso das mulheres, além de irreversível, pois, para Veras (1999), a sociedade rejeita, por questões culturais, a idéia de que a mulher idosa ou viúva se relacione novamente.

Fraiman (1995) retrata a mulher na terceira idade focando o seu relacionamento com a família, a sua situação no mercado e trabalho e as conseqüências com a aposentadoria e a menopausa. Esta é definida pela Sociedade Internacional de Menopausa, por meio de Utian (1997, apud CAMPANA, 2001), como a última menstruação fisiológica da mulher ocorrida no período do climatério, o qual representa a transição da vida reprodutiva para a não-reprodutiva. No âmbito familiar, as mulheres na terceira idade, tidas sempre como a “rainha do lar”, sentem-se ultrapassadas, desnecessárias e frustradas, dado ao fato de os seus cônjuges manterem-se ativos profissionalmente e de os seus filhos terem crescido e adotado

modos diferenciados do padrão estampado por elas. O mercado de trabalho é um impasse em suas vidas, afinal, dedicaram longos anos desempenhando o papel de filha, mãe, esposa e dona de casa, sendo solicitadas agora a se revelarem como autônomas e produtivas. Entretanto, elas acreditam serem incapazes de realizar a sua independência; na realidade, estão despreparadas para a nova situação, sendo necessário, então, oferecer-lhes condições para que expressem e encontrem novos caminhos, como, por exemplo, a educação.

A aposentadoria geralmente é tratada de forma mais tranqüila pelas mulheres do que pelos homens e vista como uma oportunidade de decisão sobre suas vidas, porque não se ressentem da perda de *status* e mantêm ativos os vínculos familiares e sociais. Além disso, grande parte da população feminina aposenta-se de atividades pouco estimulantes e com remuneração inferior, estando, assim, menos vulneráveis às questões de poder. A menopausa, além de iniciar a terceira idade, estabelece duas situações: o sentimento de perda e vazio interior, caracterizado pelo encerramento da reprodução, e a transposição da capacidade de procriação em direção à capacidade de criação, ou seja, a mulher transcende o seu útero em busca de sua própria definição.

### Compreendendo a terceira idade

O tema envelhecimento traz consigo uma série de termos como “velhice”, “maturidade”, “idoso” e “terceira idade”, entre outros, sempre generalizados pela sociedade. As pessoas geralmente se autoclassificam nesse léxico de acordo com preferências pessoais, que resultam da

visão sobre o que é velho, mesmo porque, segundo Rôças (1996), esses vocábulos, numa sociedade voltada para a juventude, são tratados de forma pejorativa. Daí a necessidade de o indivíduo optar por uma denominação adequada. A princípio, faz-se necessário analisar o significado de envelhecimento, que, há meio século, de acordo com Netto (2001), era um assunto que se restringia à esfera privada e familiar e se transformou numa questão social e política da maior importância no mundo contemporâneo. O processo de envelhecimento, historicamente, é compreendido por meio de duas perspectivas: uma, que o reconhece como o estágio final da vida direcionando o indivíduo à morte; outra, que o concebe como o momento da sabedoria, da maturidade e da serenidade (OLIVEIRA, PASIAN e JACQUEMIN, 2001).

O envelhecimento pode ser visto como um processo de desorganização crescente caracterizado pelo desaparecimento das potencialidades do indivíduo, substituídas pelas limitações e disfuncionalidades, levando o indivíduo ao isolamento e forçando-o a adaptar-se a uma nova realidade, acarretando um desafio pelo qual não se preparou durante os anos (ANGERAMI-CAMON, 1992; MARQUEZ FILHO, 1998). Diogo, Neri e Cachioni (2004) defendem que o envelhecimento é considerado um processo dinâmico e progressivo, no qual há modificações tanto morfológicas quanto funcionais, bioquímicas e psicológicas, determinando a gradativa perda da capacidade de adaptação do indivíduo ao meio ambiente e ocasionando maior vulnerabilidade e incidência de processos patológicos.

Na ótica de Santos (2002), o envelhecimento é entendido como “um processo múltiplo e complexo de continuidades e mudanças ao longo do curso da vida, com incrementos, reduções e reorganizações de caráter funcional e estrutural, influenciado pela integração de fatores sociais e comportamentais”. Essas mudanças são classificadas pela autora como biológicas, psicológicas e sociais: biológicas, no sentido da função de determinado órgão ou sistema; psicológicas, referindo-se à capacidade de adaptação do indivíduo perante tarefas cotidianas; sociais, pensando no papel do indivíduo em relação às expectativas da sociedade. A autora finaliza afirmando que outras mudanças, como na eficiência do controle motor, influenciariam as competências biológicas, psicológicas e sociais, simultaneamente.

Langlois (1992) caracteriza o envelhecimento por meio de quatro indicadores: universalidade, em que os indivíduos experimentam esse fenômeno; irreversibilidade, indicando que as mudanças produzidas não retrocedem; cumulatividade, referindo a soma das consequências do processo até atingir o efeito final; seqüencialidade, pelo qual os fatos atuais são consequências do que ocorreu no passado e causa do que virá no futuro. Neri e Cachioni (1999) classificam o envelhecimento em três padrões: primário, secundário e terciário. O primário refere-se às mudanças que são irreversíveis, progressivas e universais ao indivíduo, porém não são patológicas (surgimento de fios de cabelo brancos, aparecimento de rugas e declínio das qualidades físicas e cognitivas). O secundário, também chamado de “envelhecimento patológico”, diz respeito

às modificações causadas por doenças que são dependentes da idade, ou seja, à medida que o indivíduo envelhece, há o aumento da probabilidade de exposição a fatores de risco (doenças cerebrais e cardíacas e depressão originada por diversos motivos). O terciário reflete o declínio terminal caracterizado pelo aumento das perdas num período curto, direcionando o indivíduo à morte.

Sobre as questões da idade e da nomenclatura, antropólogos demonstram existir uma variedade enorme entre o número e as denominações usadas por sociedades distintas para identificar grupos de pessoas com idades diferenciadas. A idade é uma dimensão subjacente à agência social, conglomerando e tornando homogêneas grandes classes de indivíduos, submetendo-os às normas sociais que podem beneficiar, estigmatizar ou prejudicar, por não considerar as diferenças individuais (FRAIMAN, 1995). Esse conceito de idade diferencia-se entre idade cronológica ou calendária, idade biológica ou individual, idade psicológica, social e funcional.

Há diferenças entre idade biológica e cronológica, uma vez que algumas pessoas são biologicamente velhas aos trinta anos, por exemplo, e outras com setenta possuem resistência física correspondente aos mais jovens. A idade psicológica refere-se à capacidade individual de adaptação às reações e à auto-imagem dos indivíduos. A idade social é determinada pelas estruturas da sociedade, podendo um indivíduo ser considerado jovem ou velho numa mesma sociedade em razão de vários aspectos (BIRREN, 1974; BOCHER, 1969; PSICOPO, 1979; SINGER, 1981, apud



MARQUEZ FILHO, 1998). A idade funcional, chamada por Fraiman (1995) como “idade existencial”, refere-se à somatória de experiências pessoais e de relacionamento e da riqueza vivenciada, refletida e acumulada ao longo dos anos, podendo, segundo Kastenbaum (1979), ser atribuídas a um mesmo indivíduo idades funcionais diferenciadas para cada uma das esferas biológica, psicológica e social.

A Organização Mundial de Saúde classifica o envelhecimento em quatro estágios: a meia-idade, que corresponde à faixa etária de 45 a 59 anos; o idoso, pessoas entre 60 e 74 anos; o ancião, indivíduos com 75 até 90 anos; e a velhice extrema, relativa ao público com mais de 90 anos. A Organização das Nações Unidas demarcou o início da velhice aos sessenta anos de idade nos países em desenvolvimento e aos 65 anos nos países desenvolvidos.

A velhice surge, conforme Frias (1999), “a partir da inexistência de novas ocupações e da ausência de objetivos e planos para a vida futura, e se intensifica através do isolamento, da solidão, das perdas familiares, do casamento dos filhos e da viuvez”. É qualificada como uma instituição política na qual há a perda do poder e direcionamentos estabelecidos por um sistema social que não reconhece os direitos daqueles que atingem determinada idade (NAHOUM, 1982, apud FRANÇA e SOARES, 1997). É também um dos termos mais rejeitados, pois, de acordo com Neri e Freire (2000), está associado a reações de afastamento, desgosto, ridicularização e negação, bem como vinculado a morte, doença e dependência. As autoras defendem que esses rótulos criados para tratar dos anos mais tardios da vida são um sinal

da existência de preconceitos e afirmam que as nomenclaturas, “idoso”, “velhice” e “envelhecimento” devem, respectivamente, ser utilizadas segundo a legislação, para falar da última fase do ciclo vital e para tratar do processo de mudanças físicas, psicológicas e sociais que se tornam perceptíveis a partir dos 45 anos.

Fraiman (1995) sustenta que a expressão “velhice” refere-se a um grupo de pessoas que têm muitos anos de idade e uma grande experiência acumulada, diferenciando-se de outros grupos com menos idade; não é sinônimo de abstração, porém uma condição visível que determina possibilidades de ação. Em muitas culturas e civilizações, a velhice é vista com respeito e veneração, representando a experiência, o valioso saber acumulado ao longo dos anos, a prudência e a reflexão. A sociedade urbana moderna, porém, transforma essa condição, pois a atividade e o ritmo acelerado da vida marginalizam aqueles que não os acompanham.

Nessa direção, Burgess (1960, apud DEBERT, 1999) afirma que a velhice resulta na existência sem significado, estimulada pela sociedade moderna, que não prevê um papel específico a esses indivíduos. Em inúmeros grupos das sociedades antigas, o velho ocupava uma posição digna e era sinônimo de forte aspiração perante todos. Os anciãos tinham intensa atuação nas decisões importantes de seus grupos sociais, especialmente nos destinos políticos. Na antiga China, por exemplo, o filósofo Confúcio já apregoava que todas as famílias deveriam obedecer ao elemento mais idoso. No Oriente, ao contrário do Ocidente, a velhice é muito respeitada e glorificada pela família e

pela sociedade, em virtude do acúmulo de sabedoria (ANGERAMI-CAMON, 1992; GAIARSA, 1986; SALGADO, 1980).

Fato oposto é o que ocorre na sociedade brasileira, que vive na expectativa de ser adulta. A criança ou o adolescente projeta seu futuro imaginando um adulto jovem formado e trabalhando, nunca se vendo como um velho feliz. Nesse sentido, o próprio idoso se autodiscrimina como alguém que já cumpriu suas tarefas na vida e não tem mais função alguma. Nessa sociedade, a cultura da velhice infeliz é aceita como natural, sendo permanente e sempre realimentada. É óbvio que se faz necessário eliminar essa ideologia preconceituosa (SALGADO, 1980).

Segundo Neri e Cachioni (1999), a consciência crítica sobre essas questões está mudando positivamente, ou seja, ao invés de qualificar a população idosa como uma ameaça, aceita-se a idéia de que a situação é efeito, não causa das dificuldades. Assim, cresce a noção de que os velhos não devem ser considerados como culpados pelo seu estado de saúde, grau de atividade ou de inserção social. A medida que o país se torna mais velho, é necessário difundir a idéia de que a velhice não é uma doença; assim, novos conceitos devem ser incorporados nessa fase da vida, pensando na velhice como um processo dinâmico. É pertinente que a sociedade avalie a força laborativa das pessoas na velhice, a valiosa experiência conquistada, a criatividade e a capacidade de amar e compreender, considerando esses quesitos básicos do existir (MARTINELLI, 2001; VERDERI, 2004).

Debert (2002) sustenta que a tendência contemporânea sugere a inversão da representação da velhice como um pro-

cesso contínuo de perdas para a conquista de novos significados, guiados pela busca do prazer, da satisfação e da realização pessoal. E continua: “[...] transformar os problemas da velhice em responsabilidade individual, em negligência pessoal, em falta de motivação, em adoção de estilos de vida e formas de consumo inadequadas é recusar a solidariedade pública entre gerações que é um dos fundamentos dos Estados modernos e de suas políticas.”

Na visão positiva e religiosa da irmã Destéfani (2000), a velhice é uma fase de doação, integração, sabedoria e transição. Doação, porque o indivíduo herda um dos valores mais preciosos para a sociedade moderna, que é o tempo; integração, em virtude das lembranças que representam os fatos vividos e que o indivíduo tem a necessidade de compartilhar; sabedoria, por causa da bagagem de experiências, que tornam o indivíduo um mestre da vida, embora Skinner e Vaughan (1985) reconheçam que o progresso tecnológico excluiu a possibilidade de a velhice servir como peça repositória de sabedoria; transição, por se tratar do último estágio antes da morte, acreditando-se que o indivíduo deve se encontrar sereno.

A expressão “maturidade”, outro vocábulo utilizado no envelhecimento, é usada, segundo Saad (2001), para substituir a palavra “velhice”, necessária para ocultar a passagem do tempo e suas conseqüentes transformações vitais. Neri e Freire (2000) definem maturidade como o alcance de certo patamar de desenvolvimento, indicado pela presença de papéis sociais e de comportamentos considerados como apropriados ao adulto mais velho, designando-lhe adjetivos como “experiente”, “prudente”, “paciente”, “tolerante”,



“ouvinte”, entre outros. Nessa direção, Marquez Filho (1998) adiciona que a liberdade que a maturidade proporciona é um ganho a ser desfrutado com consciência e alegria, assegurando o direito de ficar só ou acompanhado, de falar ou calar, de expressar suas idéias e de libertar-se de condicionamentos e preconceitos.

Comfort (1977) explica maturidade como uma época, na qual o indivíduo se sente à vontade para realizar planos e desfrutar de prazeres não possíveis anteriormente, em razão da falta de experiência, de dinheiro e conhecimento; entretanto, o termo usado pelo autor é “meia-idade”. Ao falar em meia-idade, Scharfstein e Py (2001) interpretam que este vocábulo traz consigo múltiplos significados, dentre eles o fato de o indivíduo encontrar-se na metade de sua trajetória de vida, pressupondo, assim, saber a época de sua morte, e o de ser considerado como um momento em que a pessoa não está totalmente plena de sua juventude, denotando, assim, a perda de algo.

Quanto ao termo “idoso”, de acordo com Neri (2001), é utilizado quando se pretende categorizar os indivíduos pela duração do seu ciclo vital. A concepção de idosos como classe social surgiu após a Revolução Industrial, quando se passou a determinar uma idade para que as pessoas parassem de trabalhar, justificada pela diminuição da produtividade. Embora todo cidadão brasileiro, ao completar sessenta anos, seja oficialmente denominado “idoso”, não são todos os indivíduos que aceitam passivamente essa nomenclatura, motivados pelo preconceito, pelo receio de enfrentar um novo desafio, pela vaidade, entre outros argumentos. Geralmente, no Brasil, o termo “idoso” é diretamente relacionado a velhice.

A expressão “terceira idade”, segundo Palmore (1990, apud SILVA, 1999), foi criada na França, no final da década de 1960, para designar de forma aceitável o período da vida em que o indivíduo se afastava da vida produtiva e da maior parte dos papéis que caracterizavam a vida adulta. Entretanto, conforme Coriolano (2002, apud CAMPOS, 2003), a associação ao termo “terceiro mundo” e à expressão “terceiro estado” da Revolução Francesa mostrava o preconceito existente, remetendo o indivíduo ao descartável, ao improdutivo e a não interessar mais ao capitalismo. Neri e Freire (2000) e Netto (2001) reforçam que a expressão francesa “terceira idade” estabelecia a idade em que o indivíduo se aposentava, por volta dos 45 anos. Assim, a vida adulta, de produtividade, seria a segunda idade, e a infância, improdutivo mas com perspectiva de crescimento, a primeira idade. Acompanhando essa linha, Cribier (1990, apud PEIXOTO, 1997) define terceira idade segundo uma concepção da vida em três etapas: uma primeira idade, da dependência e imaturidade, da educação e socialização; uma segunda idade, da independência, da maturidade, da responsabilidade familiar e profissional, da produção econômica e familiar; uma terceira idade, também de independência e maturidade, mas cujas funções sociais não são mais as mesmas, ou seja, é tempo de usufruir e de consagrar-se à realização de si.

O vocábulo “terceira idade” parece soar melhor do que os outros termos, pois, para Sant’Anna (1997), busca-se, assim, oportunizar novas representações sociais e posturas de atendimento e de ofertas de serviços, eliminando conotações

depreciativas. A autora considera como terceira idade o grupo etário constituído por pessoas com sessenta anos ou mais, igualmente à concepção de idoso definida pelo Estatuto do Idoso. A expressão “terceira idade” não classifica uma fase do curso da vida, e, sim, apresenta-se como uma nova fase na vida do indivíduo, na qual o envelhecimento não interrompe a continuidade de uma vida ativa, independente e prazerosa (BARROS, 2002, apud CAMPOS, 2003). Complementando, Balestra (2002), em sua pesquisa de mestrado em educação física sobre “a imagem corporal dos idosos”, ressalta que essa expressão, valorizada pela mídia, representa os aspectos positivos da velhice.

Outras expressões, como “melhor idade” e “maior idade”, são usadas com frequência em programas ou atividades voltadas às pessoas da meia-idade e aos idosos, com caráter atrativo ou comercial, ou seja, da maneira mais conveniente ao público-alvo em questão e ao próprio programa ou atividade. Locatelli (2005) relata que o termo “terceira idade” deveria ser substituído por “melhor idade” pelo fato de o idoso encontrar-se munido por uma força acumulada durante os anos, a qual falta aos jovens; assim, não seria terceira idade o mais conveniente e apropriado para ser utilizado. Campos (2003) adiciona que “a expressão melhor idade transforma-se numa identidade coletiva na medida em que homens e mulheres passam a ser reconhecidos sob tal designação valorizada pela re-significação do sentido de ser velho”. Já Neri (2001) explica que a expressão “maior idade” tomou emprestada a palavra “maior” do espanhol *mayor*, onde não há a denotação

de maior valor, apenas caracteriza a pessoa com mais idade. Enfim, independentemente da terminologia utilizada e de sua situação, o indivíduo na terceira idade, especialmente o que se encontra aposentado, deve procurar alternativas para eliminar a ociosidade, dentre elas a educação, ocupando, assim, o seu tempo livre.

### Programa Universidade da Terceira Idade

Na busca pela vitória aos desafios impostos pela sociedade em relação aos idosos, a educação tornou-se um importante meio, propiciando-lhes o aprendizado de novos conhecimentos e o surgimento de oportunidades objetivando o bem-estar físico e emocional. A gerontologia educacional é a expressão encontrada para designar a educação dos idosos, devendo ser entendida como um método de organização, ensino, instrução e facilitação de aprendizado, bem como um processo de intervenção social voltado à socialização dos idosos. Abrange três áreas: a educação para os idosos, com programas educacionais direcionados às necessidades da população idosa; a educação para a população em geral sobre a velhice e os idosos, com programas educacionais que possibilitem à população mais jovem repensar seus conceitos e valores sobre a velhice; a formação de recursos humanos para o trabalho com os idosos, com programas de capacitação técnica visando à prestação de serviços ao idoso. Assim, na perspectiva da gerontologia educacional enquadram-se os programas Universidade da Terceira Idade (NERI e CACHIONI, 1999).

Visando esclarecer a nomenclatura, de acordo com o *Dicionário interativo da educação brasileira*, “universidade aberta à terceira idade” é

[...] denominação oficial do programa com cursos de atualização oferecidos pelas universidades à população mais idosa, também chamado de universidade da terceira idade, faculdade livre da idade adulta ou universidade da maturidade; a faixa etária dos alunos varia entre 40 e 80 anos e ao longo do curso não há provas e trabalhos obrigatórios; os preços e a periodicidade variam muito segundo a instituição, em geral, as aulas acontecem de duas a três vezes por semana no período da tarde; para ingressar nessas universidades não é preciso prestar vestibular e apresentar diploma de primeiro ou segundo grau.

Ainda sobre a nomenclatura, Cachioni (2002), em sua tese de doutorado, listou cem instituições de ensino superior que desenvolviam esses programas e relacionou as mais diversas denominações. Os movimentos de educação para adultos acabaram por incentivar as primeiras atividades educacionais voltadas aos idosos. Conforme o interesse, a escolaridade e a ociosidade, os idosos passavam a fazer parte de cursos de alfabetização e atividades recreativas e culturais. Não é de hoje que a terceira idade procura na educação o espaço necessário para exercer seu direito à cidadania.

Peterson (1990, apud CACHIONI, 1998) frisa que nos Estados Unidos os programas educativos direcionados aos idosos foram oferecidos a partir do século XVIII, por meio de programas de educação continuada. Havia, na época, a preocupação com o desenvolvimento da cidadania em virtude de interesses gover-

namentais e com a compreensão religiosa. Dessa forma, o aprendizado da leitura e da escrita resultava na participação dos indivíduos nas decisões da nação e no entendimento da Bíblia. Em 1727, Benjamin Franklin, então presidente dos Estados Unidos, formou um grupo de adultos e idosos, denominado “Junto”, que durante trinta anos se encontrou semanalmente para discutir situações relacionadas à sociedade e à comunidade. No século XIX nasceu o “Lyceum”, um programa educacional para adultos e para idosos, tendo como objetivo principal transmitir conhecimentos aos habitantes de pequenos municípios rurais. Na mesma época foi fundado o movimento “Chautauqua”, responsável por desenvolver atividades musicais e teatrais, conferências, discussões e estudos para membros de diversas Igrejas, que conseguiu atingir um grande número de pessoas aposentadas pelo fato do programa ocorrer durante o verão. Logo após a Segunda Guerra Mundial, mais precisamente na década de 1950, a Universidade de Chicago e a Universidade de Michigan passaram a investir, por meio de uma parceria com empresas dessas regiões, em cursos de preparação para a aposentadoria. Nas décadas de 1970 e 1980 realizaram-se, nas diversas regiões norte-americanas, programas de treinamento para o trabalhador idoso, conferências e publicações na área da gerontologia, e o interesse pela pesquisa e pelo desenvolvimento de programas orientados aos alunos idosos propagou-se por todo o país. Os efeitos dos movimentos internacionais para promover a educação permanente começaram a ser sentidos pelas instituições educacionais. A popu-

lação americana consentiu com o fato de viver numa sociedade onde as diferentes faixas etárias necessitavam continuar expandindo seus conhecimentos e suas habilidades. Esses programas educacionais fortaleceram a capacidade do idoso de crescer e se desenvolver, valorizando o potencial de cada indivíduo.

Na Europa surgiu, na década de 1960, na França, país com tradição em educação de adultos, um programa pioneiro aos aposentados, denominado “Universidade do Tempo Livre”, cujos objetivos eram ocupar a vida das pessoas que gozavam da aposentadoria e favorecer as relações sociais entre elas. A proposta não era de educação permanente, e, sim, uma promoção de atividades ocupacionais e lúdicas. A “Universidade do Tempo Livre” foi, então, a precursora das universidades da terceira idade que viriam a se estruturar, de forma inédita, em 1973, na Universidade de Toulouse, por intermédio do professor de direito internacional Pierre Vellas. Para tal, o criador recorreu à pesquisa sobre os programas de estudo relacionados com o envelhecimento em universidades européias e americanas, aos trabalhos de organizações internacionais e às políticas voltadas à velhice desenvolvidas nos países industrializados. Após a leitura de toda literatura disponível e visitas a hospícios, alojamentos e pensões de aposentados, ele percebeu que as oportunidades oferecidas eram quase inexistentes. Assim, compreendeu que a universidade deveria voltar sua atenção aos idosos, propiciando-lhes atividades intelectuais, artísticas, físicas e de lazer (VELLAS, 1997, apud CACHIONI, 2003). A finalidade era o atendimento da população que usufruía os benefícios

sociais e econômicos do pós-guerra. Comparada às gerações anteriores, essa população dispunha de uma esperança de vida maior, de uma qualidade de vida melhor e da necessidade de ocupar o tempo livre (CACHIONI, 1998). Na prática, o início da Universidade da Terceira Idade estruturada por Pierre Vellas foi modesto e repleto de dificuldades, entretanto meses depois, com apoio da imprensa local e internacional, o número de alunos cresceu de quarenta para mais de mil idosos.

Tirar os idosos do isolamento, propiciar-lhes saúde, energia e interesse pela vida e modificar sua imagem perante a sociedade foram, desde o início, os objetivos da Universidade da Terceira Idade idealizada pelo autor. Boa parte das estratégias que embasaram a definição das atividades foi traçada a partir da história e dos dramas pessoais dos estudantes. Os problemas de alguns eram, na verdade, amostras de uma realidade generalizada: solidão, mania por remédios e médicos, isolamento, depressão, doenças. Por meio dessas observações e efetuando pesquisas em parceria com profissionais da área médica gerontológica, Vellas se convenceu de que muitos processos patológicos tinham como origem o problema da exclusão social (CACHIONI, 2003, p. 48).

Peixoto (1997, apud CACHIONI, 1998) disserta que a significativa procura dos idosos resultou no crescimento do programa, que passou, assim, a desempenhar o papel de centro de pesquisas gerontológicas. As atividades educativas, que passaram a receber suporte institucional, sustentavam-se nos conceitos de participação e de desenvolvimento de estudos sobre o envelhecimento. Dois anos após a criação do programa de

Pierre Vellas foi instituída, de acordo com Swindell e Thompson (1995, apud CACHIONI, 1998), a Associação Internacional de Universidades da Terceira Idade (Aiuta), órgão reconhecido pela ONU, OMS, Unesco, entre outras organizações internacionais. No início da década de 1980, período em que a Aiuta registrava aproximadamente duzentas instituições de ensino associadas, as universidades da terceira idade elaboraram, conforme Lemieux (1995) e Peixoto (1997, apud CACHIONI, 1998), programas educacionais amplos, específicos aos aposentados escolarizados, caracterizados pela participação, autonomia e integração, passando os alunos a desempenhar um papel ativo nas pesquisas universitárias. O admirável e veloz crescimento das universidades da terceira idade por todo o planeta, na Europa, na Ásia, na Oceania e nas Américas do Norte e do Sul, demonstrou dois estilos de programas aceitos por diversos países: o modelo francês e o modelo inglês.

O modelo francês tem suas bases no sistema tradicional universitário daquele país e privilegia o segmento mais velho da população sem, contudo, se fechar às outras faixas etárias preocupadas com o envelhecimento ou em busca de oportunidades de educação continuada. Os cursos, as oficinas de trabalho, os grupos de estudos e outras modalidades oferecidas são diversificados e abertos, compostos de conteúdos e metodologias próprias, centradas no modelo da educação continuada daquele país. Soma-se a eles o acesso aberto e disponível a diferentes cursos universitários, especialmente nas áreas de ciências humanas e artes [...]. O modelo inglês nasceu em Cambridge, em 1981, baseando-se no ideal da auto-ajuda. A certeza de que todos os especialistas de

todas as áreas envelhecem e se aposentam norteou a criação de um espaço de troca, dentro das universidades, entre os mais velhos e os mais jovens. Essa interação de conhecimentos das pessoas envolvidas no projeto aumentaria as relações interpessoais, através do contato com seus semelhantes, e levaria a uma ação integrada dos profissionais mais velhos e dos mais jovens. Seria esperado, a partir dessa integração, o desenvolvimento de projetos comuns com a colaboração profissional, a integração com a universidade, com a sociedade. Essa experiência criaria oportunidades aos participantes para manutenção da sua competência e do sentimento de autovalorização de forma mais prolongada e constante (PACHECO, 2003, p. 223-224).

O programa de universidade da terceira idade, estruturado no modelo francês, voltava-se ao atendimento de aposentados precoces, de donas de casa, desempregados e indivíduos com desvantagens educacionais. Conforme ocorriam mudanças nas ênfases do programa, as nomenclaturas sofriam alterações, como ‘universidade para o lazer’, ‘universidade para o tempo livre’ e ‘universidade interidade’. Já o formato do modelo inglês resultou da modificação do modelo francês, estabelecendo que os participantes do programa podem atuar como professores ou alunos, uma vez que a experiência de vida confere aos idosos amplo nível de conhecimentos que devem ser compartilhados, visando benefícios à instituição, aos demais idosos e aos jovens. Apontam-se os seguintes itens na estrutura desse programa: nenhuma restrição acadêmica ao ingresso; horários, currículos e métodos flexíveis; facilidade no acesso em virtude de as atividades serem realizadas em prefeituras, bibliotecas, centros



comunitários, escolas e domicílios; baixo custo aos alunos, ao contrário do modelo francês, que apresentava um alto custo aos participantes (SWINDELL, THOMPSON, 1995, apud CACHIONI, 2003).

O modelo inglês difundiu-se em instituições na Austrália, na Nova Zelândia, no Japão, na China, na República Tcheca, na República da Irlanda, na Irlanda do Norte, na Escócia e no País de Gales. O modelo francês originou os programas das universidades de Portugal, da Suíça, da Bélgica, da Alemanha, da Polônia, da Espanha, da Itália, da Suécia, da Dinamarca, da Noruega, da Finlândia, do Uruguai, da Argentina e do Brasil. Ambos os modelos marcaram presença conjunta nos Estados Unidos, no Canadá e na Holanda. Na Áustria utilizou-se um programa diferente desses dois modelos (CACHIONI, 1998).

Até 1970, a educação sistematizada para idosos restringia-se aos programas de alfabetização. Entretanto, a partir da década de 1980 verifica-se que as universidades abriram um espaço educacional tanto para a população idosa como para profissionais interessados nos estudos sobre o envelhecimento (CACHIONI, 1999). O primeiro programa brasileiro de Universidade da Terceira Idade, estruturado no modelo inglês, aconteceu em Florianópolis, no ano de 1982, por meio do Núcleo de Estudos da Terceira Idade da Universidade Federal de Santa Catarina, tendo como objetivos: realizar estudos e pesquisas, divulgar conhecimentos técnico-científicos sobre o envelhecimento, auxiliar na formação de recursos humanos e promover o cidadão idoso (CACHIONI, 1999, apud PACHECO, 2003). O modelo

francês surgiu pela primeira vez no interior de São Paulo, em Campinas, em 1990, através da Pontifícia Universidade Católica, no programa Universidade Aberta à Terceira Idade, com os objetivos de promover a educação permanente e estimular a reinserção social dos idosos, utilizando um trabalho interdisciplinar e interdepartamental voltado à comunidade (MARTINS DE SÁ, 1996, apud PACHECO, 2003). Baseados nos estudos de Pacheco (2003), a maioria dos programas universitários destinados aos idosos brasileiros obedecem ao modelo francês, centrando suas atividades em programas de educação permanente, tornando-se um espaço de relacionamento, de ocupação do tempo, de estudos e de atualização, por meio de cursos regulares ou estruturados conforme o perfil dos alunos.

Os programas de Universidades da Terceira Idade, procuram corresponder às necessidades características do alunado e, ao mesmo tempo, buscam alicerçar seus objetivos numa visão inovadora de currículo. [...], a maioria dos programas universitários para idosos apresentam-se sob forma de micro-universidades temáticas, ou seja, o currículo é organizado a partir de disciplinas-eixo, com a finalidade de trabalhar os temas de forma integrada, dando atenção à questão da interdisciplinaridade. Existe grande diversidade nessas propostas de estruturação, uma vez que cada instituição toma decisões sobre objetivos, conteúdos, estrutura curricular, atividades, professores, atuando exclusivamente a partir de seus recursos humanos e materiais e de sua ideologia sobre velhice e sobre educação na velhice (ALVES, 1997, apud CACHIONI, 1998, p. 55-56).



Partindo dos pressupostos de que cabe à universidade desenvolver trabalhos acadêmicos relacionados à pesquisa, ensino e extensão e de que a velhice é uma etapa singular da vida humana, marcada por mudanças biológicas, sociais e econômicas, cabe à educação contribuir para a redefinição do projeto de vida dos idosos baseando-se nas causas que direcionam homens e mulheres na terceira idade a optarem por tais projetos. Podem-se citar cinco motivos que levam os idosos a procurar pelos programas Universidade da Terceira Idade: a busca de conhecimento e de atualização cultural, satisfazendo a um sonho há muito acalentado; o autoconhecimento e o autodesenvolvimento; a busca de contato social; a ocupação do tempo livre; o compromisso pela geratividade, denominação utilizada para designar as menções dos idosos relativas ao desejo de saber mais para poder contribuir (NERI, 1996, apud SILVA, 1999). Esses cinco motivos são evidentes no resultado de uma pesquisa realizada no projeto “Faculdade Aberta à Melhor Idade”, no ano de 2004, numa instituição de ensino superior paulista. Entre os cinquenta alunos inscritos no programa: 84% buscavam conhecimento e atualização cultural; 36%, autoconhecimento e autodesenvolvimento; 40%, contato social; 44%, ocupar tempo livre; 10%, compromisso com a geratividade.

O projeto foi desenvolvido numa cidade do interior do estado de São Paulo com aproximadamente sessenta mil habitantes e proporção de idosos estimada em 6%. A nomenclatura “melhor idade” deu-se por considerá-la comercialmente atrativa. A idéia de se implantar um projeto espe-

cífico à terceira idade surgiu para fazer despertar novamente à da vida as pessoas que estavam aposentadas, muitas delas sem a identidade de seus papéis sociais, algumas vezes depressivas dentro de suas casas, incomodando seus familiares, que não sabiam conviver com elas. Constituiu-se pela proposta de retomar ou iniciar os estudos de seus integrantes para reciclar seus conhecimentos, atualizar suas informações, participar de atividades socioculturais e educativas, conviver com pessoas da mesma idade e interesses, a partir de uma proposta pedagógica multidisciplinar, privilegiando o prazer de aprender de forma livre, espontânea e alegre. Propôs o desenvolvimento de ações que contribuíssem, de forma efetiva, para diminuir o processo de isolamento dessas pessoas, bem como promover mudanças qualitativas no padrão de vida das comunidades local e regional. Visava orientar homens e mulheres na terceira idade a elaborar um novo projeto de vida, a descobrir novas aptidões e novas formas de participação na sociedade, a partir da compreensão das transformações do mundo; promover um espaço de convivência visando troca de experiências, novas aprendizagens conjuntas e à integração; proporcionar às pessoas da terceira idade a possibilidade de acesso a novos conhecimentos, estimulando-as a participar de atividades educativas, culturais e físico-esportivas; auxiliar no processo de reinserção social dos seus alunos, de forma que, pelos conhecimentos adquiridos e atividades desenvolvidas, pudessem atuar em suas comunidades com maior eficiência; conscientizar os alunos sobre seus direitos e deveres, estimulando-os a exercerem

plenamente sua cidadania; oportunizar aos idosos um programa de educação centrado na valorização da velhice e no envelhecimento bem-sucedido; orientar os alunos sobre a importância da atividade física nessa nova fase da vida.

O público do projeto foi composto por uma turma com quatro homens (8%) e 46 mulheres (92%), a partir de 45 anos. Baseado no Estatuto do Idoso, eram 48% de idosos, cujas idades variavam entre 49 e 78 anos e sua média era de 59,8 anos. Com relação ao estado civil, eram 52% casados, 38% viúvos, 6% divorciados e 4% solteiros; um total de 68% eram avós. A média da renda mensal estava em torno de R\$ 1.400,00; metade dos alunos contava com plano de saúde privado; alunos de cidades vizinhas totalizavam 8%. As aulas aconteciam sempre às terças e quintas-feiras, no período vespertino, com quatro aulas de 45min cada, além de um intervalo de 15min, no qual era oferecido um *coffee-break* pela instituição, considerado por muitos como o momento mais aguardado do projeto em virtude das longas prosas. Os dias e horários tinham a aprovação de 98% da turma, justificado pelo fato de serem dias de meio de semana, não prejudicando, assim, seus compromissos e obrigações familiares, além de que o período da tarde era considerado ocioso; a carga horária compreendia 320 horas / aulas entre os meses de abril e dezembro, com férias durante duas semanas de julho. As mensalidades correspondiam a oito parcelas de R\$ 64,00 cada, totalizando um investimento ao aluno de R\$ 512,00, entretanto 50% dos inscritos não pagavam, pois faziam parte de um convênio entre a instituição de ensino e a Prefeitura local.

Não havia exigência de escolarização formal prévia, sendo necessária apenas a alfabetização; entretanto, alunos com ensino superior completo representavam 24% e, com ensino médio completo, 36%.

Os grupos de disciplinas vivenciadas compreendiam: informática, artes, atividade física, saúde e conhecimentos gerais. A disciplina de informática, através do conhecimento de programas, internet e *e-mail*, permitiu desenvolver a criatividade pessoal e sua aceitação foi tamanha que a carga horária teve de ser aumentada. Na disciplina de artes desenvolveram-se atividades em mosaico, com todos os trabalhos realizados pelos alunos sendo expostos para toda a comunidade universitária, mostrando que o idoso tem sensibilidade, e atividades de introdução ao canto, que favoreceram a expressividade, a coordenação, o ritmo e a emoção. As aulas de Atividade Física caracterizaram-se por práticas de ginástica, dança, alongamento, ioga e recreação, resultando num momento de extrema alegria e descontração, que facilitou a socialização do grupo. A disciplina de Saúde, responsável por questões médicas, nutricionais e de primeiros socorros, demonstrou a preocupação dos alunos com suas condições físicas em relação às mudanças corporais evidentes no envelhecimento. Já na disciplina de Conhecimentos Gerais abordaram-se temas relativos à reciclagem, à organização de eventos, à jardinagem, à economia e, também, ao direito; nesse último discutiram-se os direitos e deveres dos idosos, quando eles demonstraram que são competentes para lutar por uma sociedade mais justa. Outras disciplinas que não estavam na primeira edição do projeto

foram solicitadas pelos alunos, tais como música, teatro, idiomas e psicologia.

O corpo docente responsável pela qualidade das disciplinas constituiu-se por dez professores, sendo 70% especialistas e mestres da própria instituição de ensino e 30% convidados. A aprovação final do aluno no projeto era caracterizada pela frequência mínima de dois terços da carga horária total por disciplina. As avaliações não possuíam caráter eliminatório ou classificatório, sendo consideradas “índices de aproveitamento”. Ao término do projeto, 70% dos alunos concluíram e receberam certificado de participação expedido pela instituição.

Ao término do projeto, o aumento da auto-estima foi o principal ponto citado pelos próprios alunos. A incessante busca por respostas às mudanças físicas, psicológicas e sociais com o envelhecimento direciona o idoso à escuridão e, conseqüentemente, à distorção de sua auto-avaliação. A educação passa a ser, então, imprescindível ferramenta na reconstrução da identidade do idoso e na melhoria de sua auto-estima. A aceitação do projeto pelos idosos e pela instituição resume-se nas palavras de Veras e Camargo (1995, apud CACHIONI, 1998) ao salientarem que a integração de idosos, adultos e jovens no mesmo espaço educacional é uma tentativa extremamente eficaz para reduzir a discrepância de idéias e valores causadora das tensões intergeracionais.

## Considerações finais

Ao envelhecer, as pessoas confrontam-se com novos desafios e novas exigências. As limitações físicas são acrescidas àquelas que a sociedade coloca, como os preconceitos e os estereótipos, e o grande desafio é construir permanentemente o próprio caminho e desenvolver atitudes que as levem a superar suas dificuldades, integrando limites e possibilidades de conquistar mais qualidade de vida. No Brasil, às perdas sociais somam-se os resultados das crises e das carências vivenciadas pela atual população envelhecida. Além do mais, o idoso é considerado um ser inútil, não produtivo e que não possui capacidade para buscar novos conhecimentos e oportunidades.

Dessa forma, vê-se a educação como um dos meios para vencer os desafios impostos aos idosos pela idade e pela sociedade, propiciando-lhes o aprendizado de novos conhecimentos e oportunidades para buscar seu bem-estar físico e emocional. O programa “Universidade da Terceira Idade” é um movimento de grande sucesso em diversos países, uma vez que vem criando oportunidades de desafio intelectual e promovendo o bem-estar dos idosos, que estão em busca de um envelhecimento bem-sucedido. Acredita-se que os programas devam servir como um espaço educacional, cultural e político, pelo qual os alunos possam vir a usufruir uma vida saudável, participativa e produtiva na sociedade em que estão inseridos.

## Reflections on aged and the program university of third age

### Abstract

This work has the proposal to inform the social situation of the aged one based in the evident Brazilian population aging and its implications in the retirement, the market of work and the familiar relationship. In it, also pertinent questions to the oldness and the varied denominations referring to this public as aged, third age, maturity, among others. Finally, it approaches the description and the conceptions of the known programs as University of the Third Age and presents the model applied in an institution of São Paulo superior education.

*Key words:* Aged. University. Third age. Education.

### Referências

- ANGERAMI-CAMON, V. A. *Solidão: a ausência do outro*. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 1992.
- BALESTRA, C. M. *A imagem corporal de idosos praticantes e não praticantes de atividades físicas*. Dissertação (Mestrado em Educação Física) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.
- BERQUÓ, E. S. A mulher e a terceira idade. In: PEREIRA, D. M. (Org.). *Idoso: encargo ou patrimônio?* São Paulo: Corpo Municipal de Voluntários, 1992.
- \_\_\_\_\_. Envelhecimento populacional no Brasil e suas conseqüências. In: PEREIRA, D. M. (Org.). *Idoso: encargo ou patrimônio?* São Paulo: Corpo Municipal de Voluntários, 1992.
- \_\_\_\_\_. Considerações sobre o envelhecimento da população no Brasil. In: NERI, A. L.; DEBERT, G. G. (Org.). *Velhice e sociedade*. Campinas: Papirus, 1999.
- BRASIL. Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Lex - legislação federal e marginalia, Brasília, out. 2003.
- CACHIONI, M. *Envelhecimento bem-sucedido e participação numa Universidade para a Terceira Idade: a experiência dos alunos da Universidade São Francisco*. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1998.
- \_\_\_\_\_. Universidades da terceira idade: das origens à experiência brasileira. In: NERI, A. L.; DEBERT, G. G. (Org.). *Velhice e sociedade*. Campinas: Papirus, 1999.
- \_\_\_\_\_. *Formação profissional, motivos e crenças relativas à velhice e ao desenvolvimento pessoal entre professores de universidades da terceira idade*. Tese (Doutorado em Gerontologia) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.
- \_\_\_\_\_. *Quem educa os idosos?: um estudo sobre professores de universidades da terceira idade*. Campinas: Alínea, 2003.
- CAMPANA, L. O. C. *Conhecimento sobre a menopausa e seu tratamento de acordo com o estado menopausal e estrato social: análise de inquérito populacional domiciliar em mulheres climatéricas do município de Campinas*. Dissertação (Mestrado em Tocoginecologia) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.
- CAMPOS, T. de J. *Lazer e terceira idade: contributos do turismo no âmbito do programa Clube da Melhor Idade*. Dissertação (Mestrado em Gerontologia) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.
- COMFORT, A. *A boa idade*. São Paulo: Círculo do Livro, 1977.
- DEBERT, G. G. A construção e a reconstrução da velhice: família, classe social e etnicidade. In: NERI, A. L.; DEBERT, G. G. (Org.). *Velhice e sociedade*. Campinas: Papirus, 1999.
- \_\_\_\_\_. Políticas públicas e a constituição do idoso como ator político. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE ATIVIDADES FÍSICAS PARA A TERCEIRA IDADE, V. *Anais...* São Paulo: USP, 2002. p. 54-63.

- DESTÉFANI, G. *Envelhecer com dignidade*. São Paulo: Loyola, 2000.
- DICIONÁRIO INTERATIVO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA. Pesquisar “universidade aberta à terceira idade”. Agência Educa Brasil, 2006. Disponível em: <<http://www.educabrasil.com.br/eb/dic/dicionario.asp>>. Acesso em: dez. 2006.
- DIOGO, M. J. D.; NERI, A. L.; CACHIONI, M. *Saúde e qualidade de vida na velhice*. Campinas: Alínea, 2004.
- FERRIGNO, J. C. O estigma da velhice. *A Terceira Idade*, v. 13, n. 24, p. 49-56, 2002.
- FRAIMAN, A. P. *Coisas da idade*. São Paulo: Gente, 1995.
- FRANÇA, L. H.; SOARES, N. E. A importância das relações intergeracionais na quebra de preconceitos sobre a velhice. In: VERAS, R. (Org.). *Terceira idade: desafios para o terceiro milênio*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1997.
- FRIAS, S. R. de. Aposentadoria, tempo livre, lazer e a descoberta do trabalho voluntário. In: VERAS, R. (Org.). *Terceira idade: alternativas para uma sociedade em transição*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1999.
- FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A POPULAÇÃO. *World population prospects: the 2004 revision population database*. Population Division of the Department of Economic and Social Affairs of the United Nations Secretariat. 2004. Disponível em: <<http://esa.un.org/unpp/p2k0data.asp>>. Acesso em: dez. 2006.
- GAIARSA, J. A. *Como enfrentar a velhice*. 3. ed. São Paulo: Ícone, 1986.
- GASPAR, P. Profissão educador social: profissional do triângulo. *A Página da Educação*. 2000. Disponível em: <<http://www.apagina.pt/arquivo/Artigo.asp?ID=1222>>. Acesso em: dez. 2006.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia E Estatística. *Tábua completa de mortalidade no Brasil*. 2004. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/tabuadevida/2004/default.shtm>>. Acesso em: dez. 2006.
- KASTENBAUM, R. *Velhice: anos de plenitude*. São Paulo: Harper & Row do Brasil, 1979.
- KATZ, D. Psicologia da velhice. In: PIAGET, J. et al. *Psicologia das idades*. 8. ed. São Paulo: Manole, 1988.
- LANGLOIS, F. Q. *Disfrute plenamente su vejez*. Santiago: Banmédica, 1992.
- LOCATELLI, E. R. Qualidade de vida e práticas de atividades físicas na velhice. *Argumento*, a. VII, n. 13, p. 85-94, ago. 2005.
- MARQUEZ FILHO, E. *Atividade físicas no processo de envelhecimento*. São Paulo: Sesc, 1998.
- MARTINELLI, J. C. J. *Família e casamento*. São Paulo: Literarte, 2001.
- MARTINS, R. B.; LIBÂNIO, J. C. *Atlas do desenvolvimento humano no Brasil*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2003.
- MATSUDO, V. K. R. O papel da atividade física para idosos nas políticas públicas. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE ATIVIDADES FÍSICAS PARA A TERCEIRA IDADE, V. *Anais...* São Paulo: USP, 2002, p. 67-71.
- MAZO, G. Z. et al. *Atividade física e o idoso*. Porto Alegre: Sulina, 2001.
- NERI, A. L. O fruto das sementes: processos de amadurecimento e envelhecimento. In: \_\_\_\_\_. (Org.). *Maturidade e velhice: trajetórias individuais e socioculturais*. Campinas: Papirus, 2001.
- NERI, A. L.; CACHIONI, M. Velhice bem-sucedida e educação. In: NERI, A. L.; DEBERT, G. G. (Org.). *Velhice e sociedade*. Campinas: Papirus, 1999.
- NERI, A. L.; FREIRE, S. A. Apresentação: qual é a idade da velhice? In: \_\_\_\_\_. (Org.). *E por falar em boa velhice*. Campinas: Papirus, 2000.
- NETTO, A. J. Universidade aberta para a maturidade: avaliação crítica de uma avançada proposta educacional e social. In: KACHAR, V. (Org.). *Longevidade: um novo desafio para a educação*. São Paulo: Cortez, 2001.



- OLIVEIRA, E. A.; PASIAN, S. R.; JACQUEMIN, A. A vivência afetiva em idosos. *Psicologia, Ciência e Profissão*, v. 21, n. 1, p. 68-83, 2001.
- PACHECO, J. L. As universidades abertas à terceira idade como espaço de convivência entre gerações. In: SIMSON, O. R. de M. V.; NERI, A. L.; CACHIONI, M. (Org.). *As múltiplas faces da velhice no Brasil*. Campinas: Alínea, 2003.
- PEIXOTO, C. De volta às aulas ou de como ser estudante aos 60 anos. In: VERAS, R. (Org.). *Terceira idade: desafios para o terceiro milênio*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1997.
- PRATA, L. E.; SAAD, P. Caracterização sócio-econômica e demográfica do idoso na Grande São Paulo. In: PEREIRA, D. M. (Org.). *Idoso: encargo ou patrimônio?* São Paulo: Corpo Municipal de Voluntários, 1992.
- RÔÇAS, V. *A mais de sessenta: vida nova na terceira idade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.
- SAD, I. Revisão de vida, autoconhecimento e auto-aceitação: tarefas da maturidade. In: NERI, A. L. (Org.). *Maturidade e velhice: trajetórias individuais e socioculturais*. Campinas: Papirus, 2001.
- SALGADO, M. A. *Velhice, uma nova questão social*. São Paulo: Sesc, 1980.
- SANT'ANNA, M. J. G. Unati, a velhice que se aprende na escola: um perfil de seus usuários. In: VERAS, R. (Org.). *Terceira idade: desafios para o terceiro milênio*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1997.
- SANTOS, S. O processo ensino-aprendizagem da atividade motora na velhice. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE ATIVIDADES FÍSICAS PARA A TERCEIRA IDADE, V. *Anais...* São Paulo: USP, 2002. p. 25-28.
- SCHARFSTEIN, E. A.; PY, L. Caminhos da maturidade: representações do corpo, vivências dos afetos e consciência da finitude. In: NERI, A. L. (Org.). *Maturidade e velhice: trajetórias individuais e socioculturais*. Campinas: Papirus, 2001.
- SILVA, D. P. e. *Vocabulário jurídico: edição universitária*. Rio de Janeiro: Forense, 1987.
- SILVA, F. P. da. *Crenças em relação à velhice, bem-estar subjetivo e motivos para frequentar Universidade da Terceira Idade*. Dissertação (Mestrado em Gerontologia) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.
- SINGER, P. As dimensões sócio-políticas do envelhecimento. In: PEREIRA, D. M. (Org.). *Idoso: encargo ou patrimônio?* São Paulo: Corpo Municipal de Voluntários, 1992.
- SKINNER, B. F.; VAUGHAN, M. E. *Viva bem a velhice: aprendendo a programar a sua vida*. 4. ed. São Paulo: Summus, 1985.
- VERAS, R. O Brasil envelhecido e o preconceito social. In: \_\_\_\_\_. (Org.). *Terceira idade: alternativas para uma sociedade em transição*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1999.
- VERDERI, E. *O corpo não tem idade: educação física gerontológica*. Jundiaí, SP: Fontoura, 2004.
- VIEIRA, E. B. *Manual de gerontologia: um guia teórico-prático para profissionais, cuidadores e familiares*. Rio de Janeiro: Revinter, 1996.

#### Endereço

Ivan Eduardo de Abreu Arruda  
Av. Alexander Fleming, 197  
Bairro Pacaembu  
Jundiaí - SP  
CEP 13218-330  
E-mail: profivanarruda@hotmail.com